

**Ata da reunião ordinária da Câmara Municipal de Terras de Bouro,
realizada em 23 de novembro de 2020**

Aos vinte e três dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte, no Edifício dos Paços do Concelho e na sala de sessões da Câmara Municipal, compareceram os seguintes elementos que constituem o Executivo Municipal para o Quadriénio de dois mil e dezassete a dois mil e vinte e um: o Presidente da Câmara Municipal, Manuel João Sampaio Tibo e os vereadores, Adelino da Silva Cunha, Ana Genoveva da Silva Araújo, Luís António de Sousa Teixeira e Paulo Alexandre Vieira e Sousa, através da plataforma de videoconferência Microsoft Teams®. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal declarou aberta a reunião pelas dez horas. ---

De imediato foi colocada a votação a ata da última reunião que foi aprovada por unanimidade. -----

Prosseguindo deu conhecimento aos senhores vereadores das decisões tomadas ao abrigo da delegação de competências da Câmara Municipal. -----

De seguida deu a palavra ao senhor Eng.º Jerónimo Correia, Chefe da Divisão de Planeamento, Urbanismo e Ambiente, presente na sala para esclarecer o processo de obras particulares, vulgarmente conhecido por processo IMEG. -----

Usando da palavra o senhor Eng.º questionou qual a questão, relativa àquele processo que queriam ver esclarecida. -----

Usou da palavra o senhor vereador, Dr. Paulo Sousa, para formular a seguinte questão: “A Câmara Municipal contratou um jurista externo para emitir um parecer sobre o processo da IMEG. Porque é que na emissão do alvará não foi solicitado parecer? Porque é que o parecer jurídico só é pedido agora?” -----

Retomando a palavra o senhor Eng.º informou que não foi pedido parecer jurídico na altura da emissão da licença, em 2018, porque os serviços técnicos partiram do princípio que o projeto de arquitetura aprovado em 2014, na vigência ainda do anterior executivo, que estaria válido, em conformidade com a carta de compromisso do PDM aprovado em 2015. *“entendeu-se que decorrido este lapso de tempo, entendeu-se que válida aquela licença que decorria do compromisso urbanístico, daí os serviços não questionarem a caducidade dessa aprovação. Quando o interessado vem em 2018 retomar o processo de licenciamento, instruiu o processo exatamente nos mesmos termos que tinha instruído em 2014. Constatou-se posteriormente, em função da queixa de um vizinho, que aquilo que foi aprovado em 2018, em face de falsas declarações do autor do projeto, não estava, integralmente, conforme o projeto aprovado em 2014, razão pela qual foi revogado o ato de licenciamento e caçada a respetiva licença. Não altura não foi necessário recolher pareceres externos, porque foi efetuada uma auditoria ao processo que culminou com a revogação do ato de licenciamento.”* -----

“Coisa distinta é, agora, saber se prevalece ainda a aprovação do projeto de arquitetura de 2014, ou se o mesmo se encontra caducado? O interessado, em sede de contraditório, advogou que a Câmara Municipal teria que declarar a caducidade do licenciamento,

posição subscrita pelo Sr. Dr. Paulo Monteiro. Face à sensibilidade do processo, bem como à disparidade de opiniões sobre a matéria, o Dr. Paulo Monteiro, sugeriu que se pedisse um parecer externo à Prof.^a Fernanda Paula, jurista de enorme conceito nacional ao nível do direito do urbanismo, por forma a dissipar de vez esta questão e correspondente decisão do Município.” -----

Retomando a palavra o Sr. Vereador referiu ser estranho que o município tenha licenciado um projeto em 2014 e só agora, em 2020, é que declara a sua caducidade. *“A Câmara vê-se neste papel de ter de pagar, comprar ou solicitar um parecer externo que contrarie o parecer do seu próprio Gabinete Jurídico, depois de todas as vicissitudes de que enferma aquela obra. Se a Dra. Fernanda Paula disser que não há caducidade, o que é que a Câmara Municipal vai fazer?”* questionou. -----

Em resposta o Sr. Eng.^o referiu que a Câmara Municipal, em função do parecer da Prof.^a Fernanda Paula, retirará dele as correspondentes consequências. Referiu ainda que tal questão nunca foi levantada até ao surgimento da queixa do Sr. José Vieira. *“Os serviços jurídicos da autarquia só foram convocados a pronunciar-se quando a questão foi suscitada”*. Disse ainda que a Câmara Municipal já mandou demolir aquilo que está executado em desconformidade com o projeto licenciado e que face às questões de segurança foi emitida uma licença provisória para edificação das obras de contenção periférica, nomeadamente para obras de consolidação do talude, das vias de acesso, da via pública, etc. -----

“Todos sabemos que a obra foi mal implantada e, aquilo que está em desconformidade com o projeto vai ser demolido. A Câmara já determinou que as obras que estão em desconformidade com o projeto, vão ser demolidas e isso é ponto assente. Vai ter que ser demolido, ponto final - parágrafo,” disse. -----

Num segundo aspeto, aquele Eng.^o referiu que além das desconformidades referidas, o empreiteiro executou mal os trabalhos licenciados, e executou ainda um segundo piso que não se encontrava autorizado. A Câmara só ainda não mandou demolir essa parte porque se encontra por esclarecer se aquela parte é licenciável ou não, pois a ordem de demolição é a “última ratio”. -----

Retomando a palavra o Sr. Vereador questionou se em face da alteração ao PDM, em 2015, além do segundo piso, mais alguma parte da obra terá que ser demolida. -----

Retomando a palavra o Sr. Eng.^o Jerónimo, esclareceu que a eventual ordem de demolição do segundo piso se prende apenas com o incumprimento da licença precária que foi emitida para as obras de consolidação do talude e do acesso. Na informação elaborada para aquele efeito foi dito que só poderiam ser efetuadas obras até à laje de teto do primeiro piso, em conformidade com o atual PDM. -----

Usou da palavra o Sr. Dr. Adelino Cunha para referir que ficou com a ideia que se o Sr. Dr. Paulo Sousa fosse Presidente da Câmara ou vereador com o pelouro do Urbanismo não aceitaria qualquer edificação naquele terreno, questionando se seria assim? -----

O Sr. Dr. Paulo Sousa confirmou que não aceitaria qualquer edificação naquele local, explicando que tal obra altera aquilo que o TBNP tinha idealizado para o Gerês. *“A própria intervenção da Câmara Municipal na Rua Miguel Torga e na Avenida 20 de junho*

não teriam sido efetuadas naqueles termos. *“O que tínhamos idealizado era cortar o trânsito automóvel entre o Posto de Turismo e a Capela de Sta. Eufémia, ciando dois sentidos na Rua Miguel Torga. É claro que se o processo de obras cumprir com os regulamentos o privado pode fazer o que quiser,”* disse. -----

Posteriormente referiu que, no seu entender, o parecer do Dr. Paulo Monteiro está correto e que a Câmara Municipal está a comprar um parecer para o contrariar. -----

Retomando a palavra o Sr. Dr. Adelino Cunha questionou se o Sr. Vereador entende que a caducidade é automática e não necessita de ser invocada? -----

O Sr. Vereador respondeu afirmativamente, reforçando que no seu entender o parecer do Sr. Dr. Paulo Monteiro está correto. -----

Retomando a palavra o Sr. Dr. Adelino Cunha referiu que há 20 anos que trabalha no setor do urbanismo, com o Sr. Dr. Paulo Monteiro, e que este sempre defendeu que a caducidade dos processos deveria ser declarada. *“Foi nesse pressuposto que a Câmara Municipal, em 2015, não declarou a caducidade do processo. A caducidade deveria ser declarada seis meses após a aprovação do projeto de arquitetura,”* disse. -----

Retomando a palavra o Senhor Presidente da Câmara aproveitou a oportunidade para colocar a seguinte questão ao Sr. Eng.º Jerónimo: *“A Câmara Municipal é proprietária de alguma parcela de terreno no espaço onde foi implantada aquela obra?”* -----

Usando a palavra o senhor Eng.º Jerónimo Correia respondeu contundentemente que não, com exceção da parte ocupada sobre a via pública. -----

Retomando a palavra o senhor Presidente agradeceu a resposta, referindo que *“certamente o Sr. Dr. Paulo Sousa entenderá o motivo desta pergunta”*. -----

De seguida deixou ainda duas notas: *“A Rua Miguel Torga já é de dois sentidos e a Av. 20 de Junho tem duas faixas de rodagem, bastando uma reorientação do trânsito para que fique com dois sentidos. A intenção do Município não é beneficiar ou prejudicar quem quer que seja.”* -----

Aproveitando a presença do Sr. Eng.º Jerónimo, o Sr. Presidente abordou o tema do “Campo do Bilinho”, na Vila do Gerês, solicitando que este apresentasse o que está preconizado para aquele espaço. -----

Retomando a palavra o Sr. Eng.º Jerónimo referiu que nos anos 90 a Câmara Municipal fez um acordo com os proprietários que cederam parte daquele terreno para a implantação da Rua Miguel Torga e da Av. 20 de junho. -----

A Câmara Municipal, em contrapartida, deu capacidade construtiva para a edificação de 3 lotes de habitação multifamiliar com 2 caves, destinadas a estacionamento, rés-do-chão e primeiro andar destinados a comércio e segundo e terceiro pisos, destinados a habitação. *“Os atuais promotores estão a pressionar a Câmara Municipal para honrar com os compromissos assumidos. Aquele compromisso previa a execução pela Câmara Municipal das infraestruturas urbanísticas para a edificação daqueles três blocos. Porém a Câmara Municipal não pode honrar com aquele compromisso, uma vez que a respetiva carta de compromisso não foi integrada na revisão do PDM ocorrida em 2015*

e este instrumento de planeamento não permite a edificação pretendida pelos promotores”. -----

De seguida o senhor Eng.º referiu que dada a complexidade do processo seria preferível ser abordado numa reunião presencial, uma vez que haverá imagens que se poderão projetar, esclarecendo melhor a questão, pois “*uma imagem vale mais que mil palavras*”.

Retomando a palavra o senhor Presidente referiu que numa futura reunião presencial haverá oportunidade para analisar esta questão, nomeadamente através da análise documental, quer dos compromissos assumidos pelo Município, no tempo do Sr. Dr. José Araújo, quer das intenções dos atuais proprietários para aquele terreno ou a eventual elaboração de um Plano de Pormenor para aquela zona. -----

Posteriormente informou os senhores vereadores das iniciativas, atividades e acontecimentos que ocorreram ou irão decorrer no território concelhio. Assim, disse: --

Que é aplicável ao Município, no âmbito da pandemia da COVID-19 o recolher obrigatório a partir das 23 horas; -----

Que os casos ativos de pessoas infetadas são ainda residuais; -----

Que faleceu o Senhor Domingos Lázaro, lamentando a sua perda, sendo contabilizada como a primeira vítima da COVID-19 no concelho de Terras de Bouro; -----

Que a Assembleia Municipal, que decorrerá no próximo dia 27 terá um horário reduzido;

Que consta da ordem de trabalhos um voto de louvor à empresa das Águas do Fastio que completam o seu primeiro centenário; -----

Que os Postos de Turismo e o Núcleo Museológico do Campo do Gerês passam também a certificar os peregrinos que se deslocam para Santiago de Compostela através da Geira;

Que uma equipa da Revista Saúda esteve em Terras de Bouro para realizar uma reportagem sobre as potencialidades turísticas e características naturais do nosso concelho; -----

Que está em marcha a instalação de redes wireless de acesso gratuito em vários espaços públicos do concelho; -----

Que se aguarda a apresentação do projeto da DST para a cobertura a 100% de Fibra Ótica no território concelhio; -----

Que a Câmara Municipal se associou à campanha de recolha de sangue, iniciativa intitulada “*Vamos ajudar o António!*” -----

Posteriormente usou da palavra a Senhora Vereadora, Dra. Ana Genoveva Araújo, para referir que, a exemplo de anos anteriores, foram realizadas as Oficinas de Verão, com a particularidade de se viver um período de pandemia, o que levou à reavaliação e adequação de todas as atividades. -----

“Tratando-se de um ano diferente, lancei um desafio aos meninos que frequentaram as oficinas de verão, e à equipa do projeto Ter mais sucesso para materializar a vivência deste verão diferente. Os meninos foram desafiados a falar e a desenhar sobre o vírus,

sendo o resultado deste desafio materializado num livro, que contou com a participação do ATL de Valdosende, que disponibilizarei aos senhores vereadores”, disse. -----

Retomando a palavra o senhor Presidente informou ainda que a Proteção Civil Municipal reuniu para análise da situação da pandemia e que “amanhã”, dia 24 de novembro, haverá uma reunião com os Centros Sociais, na qual serão distribuídos testes antigénicos àquelas estruturas de acolhimento de idosos. -----

Terminando a sua intervenção o senhor presidente questionou se algum dos presentes desejava usar da palavra, tendo-se inscrito o senhor Dr. Paulo Sousa. -----

Usando da palavra, aquele vereador municipal, questionou a razão pela qual no concurso para eletricitas, aberto em 2019 e, entretanto, anulado, só no dia 6 de novembro os candidatos foram notificados da anulação do concurso. Questionou ainda qual a razão para, no âmbito do concurso para 3 assistentes operacionais, dois dos colocados terem sido colocados na 4.^a posição remuneratória e um deles ter sido colocado na última posição remuneratória. -----

De seguida questionou sobre o estado dos processos de avaliação, tendo chegado ao seu conhecimento que existem funcionários que ainda não sabem o resultado da avaliação do biénio 2017-2018. -----

Por fim questionou qual o estado do processo de reclamação da avaliação do funcionário José Alberto Esteves. -----

Retomando a palavra o senhor Presidente informou, relativamente à notificação da anulação do procedimento concursal, não ter, no momento, dados para clarificar a situação mas que irá indagar os serviços e posteriormente informar o senhor vereador. -

Quanto à questão dos três Assistentes Operacionais, referiu que a posição remuneratória resultou das negociações com cada um dos candidatos sendo certo que aquele que foi colocado em posição remuneratória superior corresponde ao que terá a maior responsabilidade, ou seja, será aquele que irá operar a retroescavadora municipal, enquanto os restantes operarão máquinas de menor porte, entretanto adquiridas, ou tratores. -----

Relativamente à avaliação dos funcionários, no âmbito do SIADAP, todos os funcionários tem conhecimento das respetivas avaliações, podendo não concordar com elas que é situação diferente. Quanto às reclamações que surgiram, as mesmas encontram-se na ordem de trabalho do Presidente da Câmara, sendo despachadas assim que surja oportunidade, incluindo a do Senhor José Alberto Esteves que terá que aguardar que o processo chegue ao seu termo. -----

De seguida o senhor Presidente procedeu à apresentação dos Documentos Previsionais para o ano de 2021, tendo proferido a seguinte declaração: -----

“Pela primeira vez, nos termos do novo Sistema Contabilístico para as Administrações Públicas, o SNC-AP, submete-se a aprovação da Assembleia Municipal, além do Orçamento Municipal e do Plano Plurianual de Investimentos, documentos financeiros previsionais, a saber: o Balanço; a Demonstração de Resultados por Natureza e os Fluxos de Caixa. -----

Este documento apresenta uma estratégia de progresso alicerçada em vetores estruturantes como o desenvolvimento económico, o emprego, a educação, a saúde, a ação social, a cultura, o ambiente e a qualidade de vida. -----

As linhas de desenvolvimento para o Concelho de Terras de Bouro, que apresentamos, manifestam de forma inequívoca que o nosso compromisso e o nosso empenhamento vão no sentido de captar e canalizar todos os recursos e sinergias disponíveis tendo como principal objetivo dotar o nosso território das condições imprescindíveis e necessárias a uma vida melhor para todos. -----

Nesse sentido queremos manter o rumo traçado, trabalhando afincadamente para cumprir com os nossos compromissos e propiciar aos terrabourenses uma maior alegria e vontade de viver e cooperar no engrandecimento deste Município. -----

O caminho percorrido durante os três anos em que estamos à frente dos destinos desta Câmara Municipal são bem demonstrativos desta nossa vontade e deste nosso entusiasmo.-----

Infelizmente fomos surpreendidos e confrontados, este ano, com uma realidade, absolutamente adversa, em que o estado de pandemia ocasionado com a disseminação do Coronavírus - SARS-CoV-2 – COVID-19, alterou, subverteu e anulou algumas iniciativas com particular incidência nas áreas da animação, convívio e promoção do potencial endógeno. -----

Mas, também, face a essa inusitada situação, a reação foi imediata, a cooperação interinstitucional perfeita e a ação concertada. Não debelando o problema, como todos o desejaríamos, foi possível minorar os efeitos, acautelar a propagação da doença e apoiar situações emergentes.-----

O nosso Concelho tem, felizmente, apresentado desde o início da pandemia, uma baixa incidência de casos, o que, não nos deixando tranquilos, nos dá algum alento em relação ao futuro. -----

Entretanto e respondendo àquelas que são as expectativas e justas aspirações dos munícipes, as Grandes Opções do Plano e o correspondente Orçamento hão-de manter a abrangência necessária, o equilíbrio desejado e as respostas adequadas às necessidades gerais e básicas da nossa população. -----

Os investimentos a nível das acessibilidades, da mobilidade e regeneração urbana são para manter e se possível reforçar. -----

Igualmente será dada continuação às obras em curso, aos projetos candidatados e às candidaturas já aprovadas.-----

No que diz respeito ao abastecimento de água e saneamento, prosseguiremos com os trabalhos de recuperação e beneficiação das redes existentes e tudo faremos para que, particularmente na área do saneamento se consigam materializar as respostas absolutamente necessárias ao nível da rede em baixa e em alta, quer no Vale do Cávado, quer no Vale do Homem. -----

Cientes e convictos da importância da Educação, como pilar estruturante da sociedade, o Município de Terras de Bouro, continuará a investir na Educação, aumentando os apoios. -----

O ano letivo 2019/2020 está a ser muito atípico e desafiante e o Município tem sido incansável na colaboração que está a dar à Direção do AE de TB. -----

Os nossos alunos estão a conhecer e a adaptar-se a um modelo de ensino que nunca conheceram até então. Em Março foi-lhes retirada uma parte muito importante do processo de crescimento: a socialização, por isso, agora, não devem facilitar nos cuidados, de modo a evitar que essa realidade se repita.-----

Os Senhores Professores, demais Técnicos Superiores da Educação e funcionários não docentes, enfrentam uma realidade adversa e diariamente fazem o seu melhor em prol do sucesso educativo dos alunos, o que está a permitir que estejamos a ter um ano letivo pleno de êxito em Terras de Bouro. -----

O início deste novo ano letivo foi preparado pela Direção do AE de TB, em estreita articulação e colaboração com o Município, respeitando e cumprindo todas as orientações emanadas pelo Ministério da Educação/DGS. O Município abasteceu, e continua a fornecer, ao AE de TB, de material de proteção individual (máscaras, álcool gel, tapetes desinfetantes e doseadores). Por outro lado, também foi reforçado o número de assistentes operacionais. -----

No que concerne à elaboração do Plano de Transportes Municipal, Câmara Municipal de Terras de Bouro reuniu com os motoristas da autarquia, no sentido precaver e planear as medidas excecionais definidas pela Direção-Geral da Saúde (DGS) no que diz respeito aos transportes escolares. -----

Foram discutidas e avaliadas as medidas que cada motorista terá de assegurar com o início do ano letivo, bem os cuidados a que cada viatura de transporte estará sujeita. Assim, está a ser acautelada a etiqueta respiratória, a higienização obrigatória das mãos, o cumprimento do intervalo e da distância de segurança entre passageiros, a utilização de máscara no transporte, a disponibilização de solução antisséptica à base de álcool à entrada e saída da viatura e a descontaminação da viatura após cada viagem.

Ademais, o Município, juntamente com as Instituições Particulares de Solidariedade Social, que asseguram o transporte, o prolongamento e as refeições das crianças, envidaram todos os esforços no sentido deste novo escolar, desafiante, correr da melhor forma possível, de forma a sossegar as normais preocupações de todos os pais e encarregados de educação. Tudo foi feito de modo a conferir segurança e tranquilidade aos nossos alunos de forma a não prejudicar o sucesso escolar.-----

Assim, para o próximo ano, o Município continuará a oferecer os livros de fichas complementares aos manuais escolares a todos os alunos que frequentem o 1º Ciclo, independentemente do seu escalonamento em termos de ação social. Ademais, é intenção do Município reforçar o apoio no início do ano escolar. Prosseguiremos com os projetos de combate ao insucesso escolar, continuando, dentro das limitações, com atividades, e de promoção da língua portuguesa. Continuaremos com a valência do apoio ao estudo para todos os alunos do concelho. Investiremos em estimular cursos de formação

profissional e de educação de adultos, nomeadamente através de parcerias com a EPATV, a ATAHCA e o IEFPP. À semelhança do ano letivo transato, onde pela primeira vez se concedeu valor monetário aos alunos de mérito, continuaremos a conceder esse valor, no âmbito do Mecenato Educacional. Continuaremos a dar apoio monetário os alunos que frequentem o ensino superior. A rede de transporte será sempre adaptada por forma a ir de encontro às necessidades dos alunos, continuando a cumprir as medidas de combate ao novo coronavírus. O regime de distribuição da fruta escolar ao Pré-escolar e 1º Ciclo será mantido, numa ótica de promoção de um estilo de vida saudável, que deve, desde tenra idade, ser inculcado nas crianças. Os JI de Moimenta, Chorense e Carvalheira, terão obras de requalificação e beneficiação. Serão adquiridas câmaras para instalação em sala de aula, para ensino à distância, assim como serão adquiridas câmaras para videoconferência.-----

Ademais, o Pré-escolar e o 1º Ciclo terão computadores novos, de modo a cumprir os objetivos da literacia digital.-----

A abertura da piscina à comunidade escolar manter-se-á, assim como todos o apoio solicitado no que concerne ao transporte de alunos para as visitas de estudo, assim como no desenvolvimento de atividades ao longo do ano letivo.-----

Todo o auxílio no que concerne a compra de materiais de âmbito pedagógico, continuará a ser assegurado pelo Município.-----

A saúde, ação social, desenvolvimento cultural e associativismo, são áreas de relevada importância às quais prestaremos a melhor atenção e manteremos a cooperação e o apoio financeiro imprescindível.-----

Nesse sentido, é de realçar a criação de um Gabinete de Apoio ao Idoso que, no essencial, terá como finalidade propiciar aos munícipes com dificuldades de vária índole e, sobretudo, de mobilidade, terem a assistência, absolutamente necessária, no próprio domicílio.-----

Este serviço, constituído por uma equipa multidisciplinar, de assistência médica, enfermagem, psicológica etc., não pretenderá substituir mas completar os serviços e apoios existentes, quer ao nível do Serviço Nacional de Saúde, quer ao nível da Ação Social, das Instituições Particulares de Solidariedade Social e da Comissão Local de Desenvolvimento Social.-----

Na área de Ação Social prosseguiremos com o apoio às famílias carenciadas através da melhoria das condições de habitabilidade. Estas ajudas foram recentemente regradas pelo Regulamento Municipal de Concessão de Apoio à Melhoria das Condições de Habitabilidade - Habitação Condigna, sendo possível o fornecimento de projetos de arquitetura e especialidades e apoio financeiro ao arrendamento de habitação para residência permanente.-----

Manteremos o compromisso no apoio à execução dos vários projetos aprovados, na área de ação social, designadamente o CLDS 4Geira – Geração, Emprego, Inclusão e Revitalização de Atividades em Terras de Bouro, os projetos CHEGA MAIS e ENVOLVER, e o Cávado Mais Igual.-----

Através da CIM do Cávado apresentamos uma candidatura ao POISE para a elaboração, implementação e avaliação dos Planos Municipais de Igualdade, “Pró-Igualdade no Cávado”. -----

Para além do já referido, continuamos o importante serviço de proximidade à população através dos programas Bem Envelhecer e Envelhecer a Sorrir, do apoio aos jovens nas candidaturas ao programa Porta 65-Jovem, da Loja Social, do Banco Local de Ajudas Técnicas, do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social do Centro Distrital de Braga da Segurança Social, do Projeto Pimpolho (Projeto de Prevenção da Ambliopia), do Incentivo à Natalidade, entre outros. -----

Com a revisão do PDM (Plano Diretor Municipal), que está a decorrer, esperamos que seja possível proceder à desafetação de terrenos para criar zonas de construção, estando já a ser elaborado um projeto para Moimenta. Também prevemos a implantação de Parques Empresariais na Balança e Rio Caldo, sendo que, na Balança e atendendo às infraestruturas existentes, já está a ser desenvolvido um estudo para requalificação e ampliação desse parque. -----

Realizar-se-á também uma Candidatura, através da CIM do Cávado, denominada SICS CÁVADO - Sistema de Informação Cadastral Simplificado do Cávado (NORTE-09-5762-FSE-000043), que permitirá definir o cadastro Predial, em todo o Concelho. -----

No que diz respeito ao património municipal queremos continuar a sua reabilitação e melhoramento utilizando os recursos financeiros do município, as receitas que vão sendo geradas e as candidaturas no âmbito da eficiência energética. -----

Na verdade, este património, desde o Centro de Animação Turístico do Gerês, o Centro Náutico de Rio Caldo, a Casa dos Bernardos em St.^a Isabel do Monte, o Museu de Vilarinho das Furnas, o Museu da Geira, o edifício da Fronteira com o museu dos Marcos Miliários, os postos de Turismo, o Centro Cultural, o Centro Interpretativo do Garrano, a Casa do Latim, o edifício da Piscina Municipal e o edifício dos Paços do Concelho, necessitam, para além da manutenção regular e absolutamente necessária, de intervenções pontuais e mais alargadas para fazer face a alguma degradação que, como é normal, vai aparecendo com o decorrer do tempo. -----

Rentabilizar a Marina e o Barco Rio Caldo, procedendo-se à sua deslocalização para o pontão a implantar na enseada entre pontes, criando desta forma uma nova centralidade e revertendo o local de ancoramento atual para novos pontos de amarração de embarcações de recreio, podendo atingir-se, assim, a lotação máxima de cento e sessenta lugares, que estão licenciados. -----

O turismo, vetor essencial de toda a atividade concelhia, merece toda a nossa atenção, pelo que estaremos atentos e recetivos às propostas dos agentes de desenvolvimento local, ao interesse de novos investidores e à pertinência dos investimentos. -----

Neste âmbito, será necessário recuperar as escolas primárias que foram encerradas e que ainda se encontram desaproveitadas para poderem ser reconvertidas em polos de acolhimento turísticos ou de apoio ao turismo. -----

Numa gestão correta deste património, a sua alienação também poderá ser equacionada.

Os trilhos, cascatas e miradouros, autênticos ex-libris de visitação em ambiente de natureza, de lazer e de paisagem deverão manter ou atingir as melhores condições de pisoteio, acessibilidade e segurança. -----

Para isso já foi celebrado um protocolo com o Fundo Ambiental cuja materialização será operada a curto trecho. -----

As comunicações também merecem uma especial atenção nos tempos que estamos a atravessar e na necessidade que há em estender ao território concelhio uma melhor e mais abrangente cobertura em termos de Fibra Ótica. Nesse sentido já foram iniciados contactos e tudo faremos para atingir este desiderato. -----

Para alcançarmos estes objetivos, contamos com todos os Terrabourenses, todas as juntas de freguesia, todas as instituições, todas as empresas do concelho e todos aqueles que, como nós, desejam o melhor para Terras de Bouro. -----

O orçamento para o ano de 2021 tem um aumento na ordem dos 2,19%. -----

É um orçamento municipal que atinge o montante de € 15.146.345, e visa promover o desenvolvimento sustentado do Concelho, assente numa estratégia de racionalização das despesas e na lógica da melhor consolidação orçamental. -----

Ao nível dos investimentos sem recurso a financiamento comunitário, iniciaremos em breve a Requalificação e Ampliação da ESTRADA MUNICIPAL 1276 para o lugar da ERMIDA, na freguesia de Vilar da Veiga. Este projeto necessitou de pareceres de várias entidades que, felizmente já nos foram entregues e são todos favoráveis; Requalificar a Estrada Municipal 531 entre Moimenta e Brufe; Intervencionar o Caminho Municipal entre a freguesia da Ribeira (Gogide) e o Lugar de Santa Cruz (Souto); Beneficiação da estrada de Chorense a Souto; Melhoramento da estrada Interior de Rio Caldo (entre o Calvário e a Pedreirinha); Construção da Capela Mortuária de Campo do Gerês e Ampliação do cemitério Municipal de Moimenta bem como a requalificação da Capela de S. Brás na vila de Terras de Bouro. -----

Para a concretização de alguns investimentos, prevê-se o recurso a empréstimos de médio e longo prazo, junto da Banca Comercial. -----

Ao nível das candidaturas efetuadas, mas ainda não aprovadas, encontram-se a requalificação e beneficiação através da eficiência energética AP Local em Edifícios, os seguintes edifícios municipais: Museu da Geira e Edifício dos Paços do Concelho, bem como a Praia Fluvial do Alqueirão, que será novamente candidatada, desta vez ao aviso do Património Natural. -----

A Reabilitação do Bairro da EDP, em Valdosende, no âmbito do PARU, está Aprovada, carecendo de um reforço efetivo de verba, em virtude dos montantes envolvidos ser de valor superior à verba atribuída. Será reforçada através de empréstimo da linha BEI (Banco Europeu de Investimento) e pelo Orçamento Municipal. -----

As candidaturas submetidas (a aguardar Aprovação) e a submeter até 31/12/2020 irão permitir: - A criação de espaços de apoio à visitação em Moimenta (Pesqueiras), em Vilar, em Gondoriz/Chamoim e junto ao NPA570 em Campo do Gerês (submetida); a Concretização do projeto intermunicipal de criação de Zonas de Lazer no Rio Homem

(submetida); Praia do Alqueirão (a submeter); Rede Pedonal de Moimenta (a submeter); Piscina Municipal a descoberto, Chorense - Antigo Stand de Tiro (a submeter) e Ancoradouro entre Pontes/Rio Caldo (submetida).-----

Ao nível do Plano Plurianual de Investimentos, destacam-se as intervenções com fundos do Portugal 2020 já aprovados: a Ecovia do Cávado e Homem; a Construção de uma rede pedonal estruturante e acessível entre as localidades de Rio Caldo e Vilar da Veiga; o Parque Verde Urbano de Moimenta; a requalificação da Rua Miguel Torga; a Avenida 20 de Junho e o Combate ao Insucesso Escolar, bem como, as intervenções na Vila do Gerês no âmbito do projeto transfronteiriço da Raia Termal (Em conclusão). -----

Pretendemos ainda para o ano de 2021, avançar com os Projetos de Arquitetura e Especialidades, tal como preparar todos os processos para candidatar a fundos comunitários, as seguintes intervenções: Zona de Lazer da Barca (Rio Caldo), em que será recuperada a antiga Casa do Barqueiro (projeto em fase de conclusão); Requalificação e Beneficiação do Caminho da Cachoeira (Rio Caldo) à Central (Vilar da Veiga); Requalificação Urbana – Rio Caldo (projeto em fase de conclusão); Parque Empresarial da Balança e Loteamento em Moimenta e Rio Caldo para habitação e ampliação da zona de estacionamento automóvel no Centro Náutico de Rio Caldo. -----

Por fim, pretende-se elaborar e submeter à aprovação da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal a Estratégia Local de Habitação do Município de Terras de Bouro.” -----

Seguiu-se a apresentação digital dos diferentes projetos que integram os documentos previsionais para o ano de 2021, tendo a apresentação terminado com a proposta do senhor Presidente para que tais documentos fossem aprovados e submetidos à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal. -----

Usou da palavra o senhor Dr. Paulo Sousa para fazer algumas considerações sobre a proposta de orçamento para o ano de 2021. Assim disse:-----

Que esta é uma proposta de intenções e que uma coisa é o que se idealiza e outra é o que se concretiza. “Já sabemos que o orçamento municipal não gera receita para acolher todas as necessidades e é necessário recorrer a empréstimos, seja através da linha BEI seja através da banca comercial. No entanto também sabemos que a população no concelho tem diminuído significativamente. Por isso tem que se ter muito cuidado com o recurso a empréstimos pois quem tem que os pagar são os autarcas que virão no futuro.”

Quanto às obras que vão aparecendo referiu que as mesmas “não trazem rédito para o concelho, não trazem nada! Algumas constam do orçamento há largos anos. A praia do Alqueirão aparece desde o tempo do Dr. Afonso. A própria Piscina Pública, que já deveria ter sido feita há alguns anos, deveria aproveitar-se a oportunidade e fazer uma coisa melhor. Fazer uma pequena Piscina no Stand Tiro é um erro. Deveria fazer-se um Parque Desportivo. -----

Outras das obras que estão a ser feitas são para correção de erros do passado. É o caso da Avenida 20 de junho e da Rua Miguel Torga, no Gerês. -----

Consta do PPI a obra da Ecovia: Não concordo com ela! Nós iríamos fazer uma intervenção nas margens do rio, junto à vila de Terras de Bouro, de forma diferente. O

investimento na Ecovia é um balúrdio. Acho que a Ecovia não vai acrescentar nada ao concelho. E depois o investimento no Centro do Garrano. O que é que se vai tirar dali? É esquisito que se vá investir novamente ali. É uma estrutura que existe há mais de 10 anos e nunca se tirou de lá qualquer proveito.” -----

De seguida referiu que se deveria apresentar um orçamento real, pois apresenta-se um orçamento de 15 milhões de euros e depois a execução ronda sempre os 10 milhões de euros. *“Ou se faz um orçamento real, ou não passa de um pacote de intenções”.* -----

Continuando referiu que existem alguns projetos positivos, como o Parque Industrial da Balança e a intervenção em diversas Praias fluviais ou zonas de lazer. -----

Por fim questionou como é que se pode definir como investimento estratégico o auditório nos bombeiros ou o Centro Municipal de Proteção Civil. -----

Retomando a palavra o senhor Presidente esclareceu que estes dois investimentos são cofinanciados por fundos comunitários e que aquele financiamento não poderia ser alocado a outras obras. *“Ou se faziam estes investimentos ou o dinheiro não seria utilizado e devolvido a Bruxelas, ou eventualmente utilizado por outro município.* -----

Quanto à questão do endividamento e aos cuidados que se deve ter com o recurso a esta forma de financiamento referiu que a dívida de empréstimos de médio e longo prazos era, em 31/12/2017, de cerca de 2.793.000,00 €, e que em 30/06/2020 era de 2.704.000,00 €. *“Nós amortizamos desde que tomamos posse: em 2018, cerca de 352.000,00 €, em 2019, cerca de 370.000,00 € e em 2020 a amortização será de cerca de 413.000,00 €. Dos empréstimos contratados, de 1.800.000,00, ainda não utilizamos 1.129.000,00 €, ou seja, entre a amortização de empréstimos e a contratação de novos, o equilíbrio financeiro do município foi sempre garantido, e o senhor vereador sabe perfeitamente disto. Por isso, quando nós dizemos que queremos ir à banca, é porque há obras que são efetivamente necessárias e não existe outra forma de financiamento. Por exemplo, a Estrada Municipal entre Moimenta e Brufe, que se encontra muito deteriorada, só se consegue executar com recurso a empréstimo. Não há outra hipótese.”* -----

Relativamente ao Parque Industrial da Balança referiu que o início da intervenção naquele local está sujeito à revisão do PDM que, atualmente, não permite aquela intervenção. --

Solicitando a palavra, o senhor Vereador questionou porque é que decorridos cerca de três anos sobre o início do processo ainda nada se fez ao nível da Revisão do PDM. Questionou ainda se já se encontra concluído o Plano de Pormenor de Paradela.-----

Retomando a palavra o senhor Presidente esclareceu que não é verdade que o processo de revisão do PDM esteja parado. *“Uma coisa é a parte política outra é a parte técnica. Numa futura reunião o senhor Eng.º Jerónimo poderá esclarecer o estado do processo”.* Quanto ao Plano de Pormenor de Paradela informou que na passada semana houve uma reunião entre os técnicos da Câmara Municipal e o Arq.º Manuel Sousa, em representação do promotor, para ultimar a questão do PP de Paradela. *“Na próxima reunião será esclarecido o ponto de situação,”* disse. -----

“A conclusão da revisão do PDM não depende exclusivamente da Câmara Municipal de Terras de Bouro, tem que ver com diversas entidades que têm que se pronunciar e que em muitos casos as respostas são demoradas”, disse. -----

“Quando o senhor vereador refere que estamos a fazer obras de correção de erros do passado, acha que não as deveríamos fazer? A nossa estratégia não é essa. Era muito fácil concentrar o investimento num grande projeto, que deixasse a nossa marca, mas a estratégia não é essa. É necessário acorrer às necessidades das populações e arrumar a casa. -----

É necessário aproveitar os fundos comunitários, pois todos sabemos que se não for dessa forma não é possível fazer investimento, pois o orçamento municipal é muito curto. É verdade que o orçamento municipal é um plano de intenções, mas o orçamento para o ano de 2021, espelha muito do trabalho que já foi feito ao longo dos últimos anos, ” disse.

Retomando a palavra o senhor vereador reconheceu o mérito dos investimentos realizados ao nível do Saneamento e do Abastecimento de Água *“que era uma pasta praticamente abandonada. Em termos estratégicos, este orçamento não acrescenta nada àquilo que já existia, ” disse. -----*

Retomando a palavra o senhor Presidente retorquiu que fica feliz pelo facto do Senhor Vereador estar atento ao trabalho realizado ao nível das águas e do saneamento. Referiu ainda a existência no PPI do projeto de instalação de fossas biológicas nas freguesias do vale do Homem não cobertas pela rede de saneamento em alta. *“Serão instaladas mais de 16 fossas biológicas para conclusão das diferentes redes de saneamento. Provavelmente esta intervenção será financiada com recurso a empréstimo da banca comercial. -----*

Ao nível das captações seguir-se-á a vedação das mesmas para que não exista possibilidade de acesso quer a animais quer a pessoas”, disse. -----

De seguida o senhor presidente questionou se mais algum dos senhores vereadores desejava usar da palavra, o que não se verificou. -----

Sendo doze horas e quinze minutos e nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente da Câmara Municipal deu por encerrada a reunião da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada nos termos da lei. -----